

Secretaria da
Fazenda e Planejamento



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO



Audiências Públicas Regionais Virtuais

Lei Orçamentária Anual 2025

APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria da Fazenda e Planejamento - SFP, realizou as **Audiências Públicas Regionais Virtuais**, no período de 14 de maio a 13 de junho de 2024, com o objetivo de subsidiar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA 2025.

Inseridas no processo de planejamento do Governo do Estado, as *Audiências Públicas* buscam aprimorar os mecanismos de transparência e de participação popular requeridos na legislação e contribuir na estruturação das ações de planejamento e gestão orçamentária.

Ao todo foram realizadas 18 Audiências, incluindo todas as Regiões Administrativas, Metropolitanas e o Aglomerado Urbano do Estado, contando com a participação de vários segmentos da sociedade, cujas demandas e observações aprofundaram o conhecimento das realidades locais, conferindo às *Audiências Públicas* uma estratégia de planejamento e desenvolvimento.

O presente Relatório Audiências Públicas – LOA 2025 apresenta o resultado das demandas agrupadas por setor de governo e subdividido por regiões. A adoção dessa metodologia objetiva demonstrar as principais demandas a partir de uma visão geral do setor, possibilitando confrontá-las com os programas orçamentários oferecidos pelo Governo do Estado.

Paralelamente à realização das **Audiências Públicas Regionais Virtuais**, foi disponibilizado nos Portais de Internet do Governo e da SFP, nos endereços eletrônicos www.audienciasdoorcamento.sp.gov.br e www.portal.fazenda.sp.gov.br, a **Audiência Pública Eletrônica (APE)**, onde os participantes puderam também contribuir com indicações e sugestões.

Sumário

<i>Nota técnica</i>	4
<i>Resultados</i>	5
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ARAÇATUBA</i>	6
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BARRETOS</i>	8
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BAURU</i>	11
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL</i>	13
<i>AGLOMERADO URBANO DE FRANCA</i>	16
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ITAPEVA</i>	21
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MARÍLIA</i>	23
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE</i>	27
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA DE REGISTRO</i>	28
<i>REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA</i>	30
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA E METROPOLITANA DE CAMPINAS</i>	34
<i>REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ</i>	36
<i>REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA</i>	40
<i>REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO</i>	44
<i>REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO</i>	46
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO</i>	49
<i>REGIÃO ADMINISTRATIVA e METROPOLITANA DE SOROCABA</i>	52
<i>REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA e LITORAL NORTE</i>	55

Nota técnica

Para a realização das audiências regionais adotou-se o método de reuniões virtuais pela plataforma Teams, em datas e horários específicos para as regiões do Estado, divulgadas nos canais oficiais do governo e demais veículos de comunicação.

As reuniões abarcaram todas as Regiões Administrativas e Metropolitanas, bem como o Aglomerado Urbano do Estado de São Paulo, totalizando 18 encontros.

Cada encontro foi estruturado em 4 blocos, sendo o primeiro destinado à apresentação da audiência e dinâmica da reunião, o segundo às informações sobre orçamento e peculiaridades de cada região, o terceiro às manifestações dos participantes e o quarto ao encerramento.

Todos os cidadãos presentes puderam se habilitar para manifestação de suas demandas oralmente, durante o terceiro bloco, quando os microfones foram abertos para as falas, ou por meio do chat da plataforma, a qualquer momento da reunião.

Da transcrição das falas orais e das inserções no chat, intituladas “manifestações”, foram coletadas as sugestões e informações que, após processo de sistematização, resultaram nas demandas descritas neste relatório, encaminhadas para conhecimento e análise dos órgãos competentes.

Resultados

Síntese dos Resultados das Audiências Públicas

Regiões e Participações

Data: 14 de maio a 13 de junho

Número de Audiências: 18

REGIÕES	Participantes
RM Piracicaba	27
RA São José Rio Preto	24
RA Marília	22
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	21
RA Barretos	20
RA / RM Campinas	20
RM Jundiaí	16
RA / RM Sorocaba	14
AU / RA Franca	13
RA Araçatuba	11
RA Bauru	09
RA Presidente Prudente	08
RM São Paulo	08
RM Baixada Santista	06
RA Central	05
RA / RM Ribeirão Preto	04
RA Registro	03
RA Itapeva	02
Total	233

Número de Participantes: 233

Região com maior número de participantes: RM Piracicaba

Total de Demandas: 106

Total de manifestações verbais e chats: 118

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ARAÇATUBA

AUDIÊNCIA

Data: 14/05/24

Número de participantes: 11

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 01

Total de manifestações: 03

Áreas mais solicitadas: Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo- Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Bom dia a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho.

Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

“Mediadores precisam de remuneração justa. Que estejamos sempre contemplados. Não podemos mais aceitar o descaso com que nosso pleito vem sendo tratado. A lei de mediação vai completar 9 anos e não somos ouvidos

Não podemos mais aceitar o descaso com que nosso pleito vem sendo tratado. A lei de mediação vai completar 9 anos e não somos ouvidos.”

“Peço atenção aos valores de repasse para subsidiar o pagamento do trabalho dos Mediadores Judiciais nos casos de justiça gratuita em que trabalha de "graça" para o poder público sem respeito algum. Esse espaço é de suma importância para todos os cidadãos. Parabéns por toda a organização.”

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BARRETOS

AUDIÊNCIA

Data: 14/05/24

Número de participantes: 20

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 06

Total de manifestações: 06

Áreas mais solicitadas: Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Turismo e Viagens

Total de demandas - 02

- **Aporte financeiro complementar para a Estância Turística de Barretos**

“Boa tarde! Sou *identidade preservada*, cidadã de Barretos e minha colocação é a seguinte: na LDO municipal o orçamento para a secretaria de turismo foi de 0,14% (R\$1294300,00) e a cultura 0,94% (R\$8502200,00) imaginando essas aplicações na realidade, com que potencial de investimentos o estado poderia somar ao município, tendo em vista que agora a cidade de Barretos se configura como uma estância turística e visto o baixo investimento municipal nesses setores?!”

- **Revisão dos critérios de enquadramento do MIT visando a inclusão de pequenos municípios ao programa**

“Sobre a promoção do Turismo Paulista, gostaria de sugerir uma análise com critérios por faixa populacional na criação de mais vagas para a classificação de Municípios de Interesse Turístico (MIT), pois os pequenos municípios uma natureza verdadeiramente preciosa, mas que muitas das vezes não atingem a pontuação para serem promovidas a Município de Interesse Turístico nos critérios atuais.

A sugestão é a criação de um número maior de municípios e análise efetuada por faixa populacional.”

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Boa tarde a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

- **Asfaltamento do Anel Viário do município de Jaborandi, interligação das regiões da Alta Mogiana a Vale do Rio Grande**

“Boa tarde! Identidade preservada da cidade de Jaborandi, minha demanda é no sentido de sugerir ao asfaltamento do anel viário do município, tendo em vista o escoamento da safra de cana que passa por ela, além de levantar poeira em demasia na época de seca, causando ainda sobrecarga na saúde pública por doenças respiratórias.

Não só na seca, mas no período chuvoso causa prejuízo aos roceiros por questão do solo encharcado que tem como consequência quebras de veículos pesados, máquinas e veículos de moradores. No que diz respeito ao tráfego e escoamento que interliga as regiões da Alta Mogiana a região do Vale do Rio Grande ganharia um reforço na malha viária regional.”

- **Prevenção e reparação dos leitos e margens dos rios / ribeirões decorrentes das mudanças climáticas, que afetam as áreas urbanas**

“Farei mais uma colocação: nossa cidade está localizada no vale do rio grande e sobre o aquífero guarani e dentro do perímetro urbano da nossa cidade temos ao menos 4 nascentes que dão formação a 4 ribeirões que cortam a malha urbana e deságuam no rio pardo, visto que em épocas de chuvas os ribeirões se enchem provocando enchentes históricas e recorrentes na nossa cidade; com base nesses acontecimentos e a constantes obras municipais de prevenção e reparação das margens desses rios, que programas estaduais em relação as mudanças climáticas e a proteção dos leitos de águas, poderiam auxiliar nossa administração na resolução desses problemas que afetam a atualidade e certamente o afetarão nosso futuro.”

- **Expansão dos programas de “Lagoas de Tratamento” – Município de Taiaçu**

“Meu Município é Taiaçu - minha demanda são reforços nas lagoas de tratamento.”

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BAURU

AUDIÊNCIA

Data: 16/05/24

Número de participantes: 09

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 01

Total de manifestações: 02

Áreas mais solicitadas: Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

"PRONUNCIAMENTO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - LOA 2025

Bom dia a todos, sou identidade preservada, mediador judicial 58358 represento o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

Estamos honrados em participar dessa audiência e apresentar esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração dos mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado (CEJUSC).

Necessitamos do apoio do Governo no sentido de efetivar de uma vez por todas a remuneração, pela Secretaria da Fazenda. Temos Certeza de que o Governo desconhece o que acontece, quando trabalhamos atendendo a pessoas que tem direito à Justiça gratuita.

Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e do Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, entendemos justo que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa Política Pública. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, Senhor Tarcísio de Freitas, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

“Pela reconhecida importância dos Mediadores/conciliadores é necessário a remuneração.”

REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL

AUDIÊNCIA

Data: 16/05/24

Número de participantes: 05

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 06

Total de manifestações: 08

Áreas mais solicitadas: Secretaria da Saúde

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Meu nome é identidade preservada, sou conciliadora judicial, gostaria que fosse incluído no orçamento de 2025, verba para pagamento dos conciliadores e mediadores que atuam em processos beneficiados pela justiça gratuita sem nada receber, por questão de justiça. Precisamos receber por este trabalho sério e tão qualificado. Gratidão pela atenção dispensada ao assunto!”

“Boa tarde a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

“É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Secretaria da Saúde

Total de demandas - 02

- **Santa Casa de Cordeirópolis – Aumento da capacidade de atendimento**

“Aumentar capacidade de atendimento da Santa Casa de Cordeirópolis.”

- **Construção e estruturação de Centro de Hemodiálise em São Carlos e aprimoramento dos serviços em Araraquara**

“Boa tarde. Sou advogado em São Carlos e doente renal crônico que faz hemodiálise em Araraquara, porque há anos não há vagas em São Carlos, que está saturada com 270 vagas em três períodos de 4 horas; assim a Secretaria de Saúde Municipal tem gastado milhões por ano com a locomoção dos doentes, que precisa levar três vezes por semana os doentes renais para fora. Com isso a microrregião também é só parcialmente atendida em São Carlos, cujas instalações estão em precário estado de conservação, e não são planejadas especificamente para hemodiálise ambulatorial. Além do desconforto para os doentes, há risco de vida nas viagens pela Washington Luís. São Carlos é uma cidade modelo em tecnologia, mas é muito insuficiente no tocante à saúde pública. Se o Estado não tomar a frente para construção e estruturação de um centro de hemodiálise, logo teremos uma calamidade.

Sou Autor de Ação Popular contra o Município de São Carlos, Processo 1011870-73.2023.8.26.0566. Há diversas reportagens no GloboPlay denunciando o problema, mas os gestores e políticos estão inertes. A forma que os doentes renais têm sido tratados pela Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos e pela DRS3 de Araraquara é desumano.”

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística**Total de demandas - 01**

- **Racionalizar os serviços de manutenção nas estradas sob concessão da Eixo**

“A concessionária Eixo que administra a rodovia local tem gerado muitos congestionamentos com obras de manutenção. Encaminhar para a Artesp para rever um modo de como a manutenção não atrapalhar o trânsito.”

Secretaria da Agricultura e Abastecimento**Total de demandas - 01**

- **Citricultura, com investimentos para elevação do padrão de ponta**

“Investimento na citricultura – Transformar em citricultura de ponta.”

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação**Total de demandas - 01**

- **Educação profissional com cursos e tecnologia para a construção civil**

“Educação - Cursos profissionalizantes para construção civil, tecnologia.”

AGLOMERADO URBANO DE FRANCA

AUDIÊNCIA

Data: 21/05/24

Número de participantes: 13

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 09

Total de manifestações: 10

Área mais solicitada: Secretarias da Saúde e Segurança Pública

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“PRONUNCIAMENTO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - LOA 2025

Bom dia a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho.

Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

“Precisamos que inclua o artigo 4º da Lei Estadual 15804/20/04/2015.”

Secretaria da Educação

Total de demandas - 01

- **Recursos para a melhoria da Merenda Escolar**

“Educação: Verbas para complementação da Merenda Escolar que atualmente está insuficiente.”

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Total de demandas - 01

- **Construção de Marginais na Rodovia Candido Portinari**

“Mobilidade Urbana: Necessidade urgente da construção de vias marginais ao longo de toda extensão urbana da rodovia Candido Portinari, pois no contrato atual da concessionária Arteris Via Paulista de pedágios não consta essa obrigatoriedade. Diversos acidentes ocorrem nesse trecho urbano diariamente.”

Secretaria da Agricultura e Abastecimento**Total de demandas - 01**

- **Liberação de Créditos com juros subsidiados para o Agronegócio e melhoria do acesso aos programas estaduais (Pró-Trator) e Pronaf / Pronamp**

“Agronegócios: A Região de Franca é destaque no setor responde por aproximadamente 12% da arrecadação, precisamos de uma reformulação na liberação de créditos para o setor com juros subsidiados que cheguem efetivamente a quem precisa pois hoje a CATI impõe muitos entraves burocráticos que raramente o agricultor consegue utilizar os programas estaduais como por exemplo o Pró-Trator anunciado pelo governador Tarcísio de Freitas na Agrishow, o mesmo ocorre com o Pronaf e Pronamp.”

Secretaria da Saúde**Total de demandas - 01**

- **Investimentos para o Setor de Saúde – Santa Casa de Franca - (R\$ 18.488.893,00)**
 - Ressonância Magnética
 - Aparelho de Hemodiálise
 - Litotripsia
 - Tomografia Computadorizada
 - Autoclave
 - Lavadora / Secadora
 - Sala de Capacitação

“Para tratar das demandas do município de Franca-SP, encaminho em anexo os 7 projetos de investimentos.

PN Ressonância Magnética – no valor de R\$ 7.781.200,00;

PN Aparelho para Hemodiálise – no valor de R\$3.225.180,00;

PN Litotripsia – no valor de R\$3.000.000,00;

PN Tomografia Computadorizada – no valor de R\$2.570.000,00;

PN Autoclave - R\$ 1.181.400,00;

PN 1 Lavadora + 2 Secadoras – R\$469.928,00;

PN T.I Sala de Capacitação – R\$261.185,00.

Totalizando: R\$18.488.893,00

O Grupo Santa Casa de Franca (Hospital Geral/Hospital do Câncer de Franca/Hospital do Coração) presta atendimento em média e alta complexidade para Franca e mais 21 municípios do DRS VIII.

Alguns indicadores de atendimento ao ano:

Hospital Geral

211.253 Laboratório Clínico

50.181 Consultas e procedimentos

19.548 Atendimento Plantão (PMP)

13.628 Internações Clínicas e Cirúrgicas

Materno Infantil

3.687 partos e internações Obstétricas

5.499 Diária de UTI-Infantil

3.422 Diária de UCINco

1.558 Internações Pediátricas

Unidade Oncológica

37.946 Consultas

19.312 Serviço de Reabilitação/Fisioterapia (procedimentos)

15.707 Reabilitação Física

7.604 Hormonioterapia

6.295 Quimioterapia

Unidade Coronariana

12.327 Consultas no Pronto Atendimento

5.187 Diárias UTI Coronariana

4.825 Atendimentos Ambulatório Escola

2.439 Procedimentos exames cardiológicos

Solicitamos a inclusão destes projetos na LOA (Lei Orçamentária Anual, para que possamos prestar atendimento aos usuários SUS de forma mais segura e com alta qualidade na realização dos procedimentos.”

Secretaria da Segurança Pública

Total de demandas - 02

- **Aumento de efetivo das Polícias Civil e Militar, equipamentos e viaturas**

“Verbas para reforçar o efetivo da Polícia Civil e Militar e equipar com viaturas, pois atualmente não atende as demandas do município e região, Franca está se tornando uma cidade muito violenta.”

- **Aumento de recursos e efetivo para Segurança Pública**

“Segurança pública – estupro duplicando, roubo de veículos triplicando, roubo de carga, furto e aumento de moradores de rua – focar em orçamento efetivo de recursos com foco na segurança pública.”

Secretaria de Governo e Relações Institucionais / Casa Civil**Total de demandas - 01**

- **Assunção pelo Estado de custos e atividades prestadas pelos municípios em serviços de competência estadual**

“Notamos que há funções do estado assumidas pelos municípios... (dar assistência para funcionários na delegacia, merendas escolares, paga aluguel para polícia civil e militar... entre outras) o orçamento não é suficiente para suprir e investir os recursos nos projetos de competência dos municípios.”

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação**Total de demandas - 01**

- **Implantação de Cursos Profissionalizantes**

“A região necessita de Cursos de profissionalizantes.”

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ITAPEVA

AUDIÊNCIA

Data: 21/05/24

Número de participantes: 02

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 01

Total de manifestações: 02

Áreas mais solicitadas: Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça	Total de demandas - 01
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita “Boa tarde a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.	

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

“Reiteramos aqui, nosso pedido para que seja concedida a remuneração aos Mediadores e Conciliadores de Conflitos.”

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MARÍLIA

AUDIÊNCIA

Data: 23/05/24

Número de participantes: 22

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 13

Total de manifestações: 14

Área mais solicitada: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação/ Secretaria da Saúde

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Bom dia a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

**Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação/
Secretaria da Saúde**

Total de demandas - 05

- **Recursos Humanos (contratação, concursos públicos, plantões médicos) – FCFAMEMA**
- **Melhorias (upgrade) nos serviços e equipamentos de radioterapia e hemodinâmica - FCFAMEMA**
- **Recursos para equipamentos dos serviços de Cardiologia - FCFAMEMA**
- **Manutenção dos equipamentos e serviços de Tomografia e Radioterapia – FCFAMEMA**
- **Conserto e manutenção de equipamentos de Tomografia – FCFAMEMA**

“Bom dia! Também estou representando o HCFAMEMA e gostaria de deixar registrado outras necessidades, além das que foram aqui expostas (recurso financeiro para contratação de pessoal para concurso público com o respectivo plantões médicos; recurso para investimento, Upgrade para o equipamento de Radioterapia), precisamos: Recurso financeiro para upgrade para equipamento de hemodinâmica do Serviço de Cardiologia do HCFAMEMA que recebe no conceito de "vaga zero" pacientes de toda região dos 62 municípios; e recurso financeiro para novo equipamento de tomografia para Radioterapia que quebrou recentemente na instituição. Recurso especialmente, para manutenção dos equipamentos. Apenas gostaria de deixar registrado a nossa necessidade, pois atendemos não apenas a região de Marília e sim 62 municípios referente a microrregião do DRS-IX-Marília (Adamantina, Tupã, Marília, Ourinhos e Assis).”

“Bom dia, também falo em nome do HCFAMEMA e como cidadã que utiliza o SUS, reforço a fala das minhas colegas de trabalho, solicitando um olhar ao nosso orçamento de investimentos, hoje temos 03 equipamentos de tomografia, na qual 01 está quebrado e 02 obsoletos. Somos referência para mais de 62 Municípios a qual faz uso do atendimento prestado.”

“Recursos para HCFAMEMA, no último ano foram poucos recursos.”

“Concursos públicos para funcionários de cargo efetivo para HCFAMEMA, pois hoje eles não têm... contratação médicos, enfermeiros.”

“Validação dos plantões médicos.”

“Investimentos para HCFAMEMA em oncologia – alto número de incidência de casos de câncer. Tem um equipamento novo que precisa de upgrade - acelerador linear – 4,5 milhões – fila de espera de 60 dias.”

Secretaria da Saúde

Total de demandas - 01

- **Tratamento e prevenção de suicídios – agilidade para tratamento de psicologia**

“Altos Índices de suicídios (Marília e Ribeirão preto liderando a ranking) – prevenção de tratamento e prevenção, lista de espera muito grande no setor de psicologia.”

Secretaria da Agricultura e Abastecimento

Total de demandas - 01

- **Reajuste Salarial dos Pesquisadores do Instituto Agrônomo de Campinas – IAC e equiparação com a Embrapa**

“Me chamo *identidade preservada*, estou representando o Vereador Eduardo Shigueru de Tupã. Gostaríamos de deixar registrado sobre o salário dos dedicados pesquisadores do IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), que infelizmente, está abaixo do recebido pelos pesquisadores da Embrapa. Essa diferença salarial e falta de gratificação, certamente, afeta negativamente a motivação destes pesquisadores que realizam um trabalho excepcional.”

Desenvolvimento Urbano e Habitação/ Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Total de demandas - 01

- **Recuperação de áreas urbana – pavimentação de estradas que cortam o centro da cidade**

“Mobilidade – Atenção aos centros das cidades, tem estrada de terra que atravessa o centro da cidade...”

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística**Total de demandas - 02**

- **Revitalização do sistema ferroviário - Linha Bauru – Panorama**

“Mobilidade – Ferrovia linha Bauru - Panorama necessita de um olhar para renovação para carga e passageiros.”

- **Construções de modais de armazenamento de cargas**

“Construção de modais e intermodais para armazenamento das cargas – São Paulo intermediário entre os destinos, aliviaria o tráfego de caminhões.”

Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativa**Total de demandas - 02**

- **Regionalização dos recursos para Cultura – PROAC - visando contemplar regiões mais afastadas**

“Aplicação em recursos para cultura – PROAC – regionalização dos recursos (não concentrar nos grupos artísticos da capital com tem acontecido), perderam a regionalização, não foi prevista no edital. O edital está para ser lançado, contemplar as regiões mais afastadas.”

- **Programa CULTSP – (profissionalização de artistas e artesãos) contemplar a região**

“Novo programa – CULTSPpro – profissionalização dos artistas e artesãos – que esse programa volte a contemplar a região.”

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE

AUDIÊNCIA

Data: 23/05/24

Número de participantes: 08

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 00

Total de manifestações: 01

Área citada: Secretaria da Fazenda e Planejamento

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento	Total de demandas - 00
---	-------------------------------

“Amigos, boa tarde, apenas para parabenizar o Sr. Mauricio e toda equipe pela apresentação dos dados, mais que uma audiência, uma verdadeira aula de orçamento e planejamento público.”

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE REGISTRO

AUDIÊNCIA

Data: 28/05/24

Número de participantes: 03

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 01

Total de manifestações: 01

Área mais solicitadas: Secretaria da Fazenda e Planejamento/ Tribunal de Justiça

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Bom dia a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

“Senhores, necessitamos receber pelo trabalho feito em audiências de mediação e conciliação no auxílio ao TJSP e é o Estado quem deve remunerar.”

REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

AUDIÊNCIA

Data: 28/05/24

Número de participantes: 06

DEMANDAS ORAIS e OFÍCIOS

Total de demandas: 16

Total de manifestações: 7

Áreas mais solicitadas: Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

Boa tarde a todos, meu nome é *identidade preservada* e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

“Estamos nessa audiência Pública solicitando ao Governo, Remuneração pelo Estado aos Mediadores/Conciliadores, pelas audiências realizadas em processos em que há concessão da Justiça Gratuita, somos auxiliares do TJSP, com o atendimento à população carente, possibilitando o acesso à Justiça.”

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística**Total de demandas - 13****Implantação de Programas:**

- Para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social;
- Para executar adequação necessária nas instalações hidrossanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização;
- Para executar instalações intradomiciliares e efetivar as ligações às redes públicas disponíveis em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização;
- Para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas à contaminação e substituir por instalações adequadas;
- Para correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras;
- Para melhoria da balneabilidade das praias;
- Para a ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias;
- Para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.
- Ligação seca entre as ilhas de São Vicente a de Santo Amaro
- Ampliação do VLT até as áreas continentais da região
- Ligação seca entre Santos – São Vicente e Santo Amaro
- Extensão do VLT em direção a Bertioga, Mongaguá e Praia Grande
- Construção do Dique da Vila Gilda

“A síntese do que falei: A integração metropolitana, não obstante a urgência de se concluir a ligação seca entre as ilhas de São Vicente e Santo Amaro, já de compromisso do governador do Estado e do presidente da República, e a ampliação do VLT até as áreas continentais da região, se faz principalmente em torno do emprego, pois as pessoas moram em uma cidade, trabalham em outra e passeiam em uma terceira, consumindo em todas elas e movimentando a economia, desde que tenham a renda do trabalho para fazer tudo isso. Estando a região metropolitana em torno do maior porto do Brasil, merece a criação de um polo industrial, ambientalmente sustentável, que agregue valor ao que vai ser exportado e processe parte do que aqui chega antes de subir a serra. Nesse sentido, é preciso reforçar o caixa da Agência Metropolitana da Baixada Santista, a Agem, para realizar estudos nesse sentido e, a seguir, promover o desenvolvimento do setor produtivo da metrópole, contribuindo para a reindustrialização do Estado de São Paulo e do Brasil. Ainda em 2000 escrevi em minha página sobre a região metropolitana da Baixada Santista (<http://isosendacz.org/2020/02/07/regiao-metropolitana-da-baixada-santista/> e <http://isosendacz.org/2020/02/21/regiao-metropolitana-da-baixada-santista-2a-parte/>, bem como sobre sua conurbação (<http://isosendacz.org/2020/03/10/a-conurbacao-da-baixada/>). Se de utilidade, ao seu dispor. Naquele ano ajudamos a escrever um programa de governo municipal para Santos, que pode trazer também elementos úteis a essa coordenação: <http://isosendacz.org/2020/09/14/uma-so-santos/>”

“Dique da Vila Gilda – na ilha de São Vicente voltada para o continente – vivem sobre palafitas – projeto para resolver a questão do dique principalmente tendo em vista a questão alterações climáticas com a elevação do nível do mar e as inundações.”

“Considerando que Praia Grande (SP):

Há mais de 9.000 (nove mil) imóveis factíveis de ligações às redes coletoras, por diversas causas, como: falta de condições técnicas, renda familiar baixa, imóvel de veraneio (sem morador), etc.;

Apresenta um dos maiores índices de crescimento populacional, de 2012 a 2021, e recebe a maior população flutuante do litoral paulista (2021).

O sistema de abastecimento de água é integrado na Região Metropolitana da Baixada Santista;

A oferta de serviços, infraestruturas e instalações operacionais deve se ajustar a demanda dos mesmos;

Ocorrem situação como lançamentos irregulares de resíduos e/ou águas pluviais nas redes coletoras;

lançamentos clandestinos de esgoto nos sistemas de drenagem urbana e vazamentos de esgotos.

Tendo em vista o período para contribuições na Lei Orçamentária Anual 2025 do Estado de São Paulo, solicitamos:

Programa para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social;

Programa para executar adequação necessária nas instalações hidrosanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização;

Programa para executar instalações intradomiciliares e efetivar as ligações às redes públicas disponíveis em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização;

Programa para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas a contaminação e substituir por instalações adequadas;

Programa para correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras;

Programas visando a melhoria da balneabilidade das praias;

Ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias;

Programa para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.”

Secretaria de Desenvolvimento e Habitação**Total de demandas - 01**

- **Aporte financeiro a Agem-Santos**

“Estando a região metropolitana em torno do maior porto do Brasil, **merece a criação de um polo industrial**, ambientalmente sustentável, que agregue valor ao que vai ser exportado e processe parte do que aqui chega antes de subir a serra. Nesse sentido, é preciso reforçar o caixa da Agência Metropolitana da Baixada Santista, a Agem, para realizar estudos nesse sentido e, a seguir, promover o desenvolvimento do setor produtivo da metrópole, contribuindo para a reindustrialização do Estado de São Paulo e do Brasil. Ainda em 2000 escrevi em minha página sobre a região metropolitana da Baixada Santista (<http://isosendacz.org/2020/02/07/regiao-metropolitana-da-baixada-santista/> e <http://isosendacz.org/2020/02/21/regiao-metropolitana-da-baixada-santista-2a-parte/>, bem como sobre sua conurbação (<http://isosendacz.org/2020/03/10/a-conurbacao-da-baixada/>). Se de utilidade, ao seu dispor. Naquele ano ajudamos a escrever um programa de governo municipal para Santos, que pode trazer também elementos úteis a essa coordenação: <http://isosendacz.org/2020/09/14/uma-so-santos/>”

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação**Total de demandas - 01**

- **Criação de Polo Industrial na RMBS**

“Estando a região metropolitana em torno do maior porto do Brasil, merece a criação de um polo industrial, ambientalmente sustentável, que agregue valor ao que vai ser exportado e processe parte do que aqui chega antes de subir a serra. Nesse sentido, é preciso **reforçar o caixa da Agência Metropolitana da Baixada Santista**, a Agem, para realizar estudos nesse sentido e, a seguir, promover o desenvolvimento do setor produtivo da metrópole, contribuindo para a reindustrialização do Estado de São Paulo e do Brasil. Ainda em 2000 escrevi em minha página sobre a região metropolitana da Baixada Santista (<http://isosendacz.org/2020/02/07/regiao-metropolitana-da-baixada-santista/> e <http://isosendacz.org/2020/02/21/regiao-metropolitana-da-baixada-santista-2a-parte/>, bem como sobre sua conurbação (<http://isosendacz.org/2020/03/10/a-conurbacao-da-baixada/>). Se de utilidade, ao seu dispor. Naquele ano ajudamos a escrever um programa de governo municipal para Santos, que pode trazer também elementos úteis a essa coordenação: <http://isosendacz.org/2020/09/14/uma-so-santos/>”

REGIÃO ADMINISTRATIVA E METROPOLITANA DE CAMPINAS

AUDIÊNCIA

Data: 04/06/24

Número de participantes: 20

DEMANDAS ORAIS E CHAT

Total de demandas: 01

Total de manifestações: 02

Áreas mais solicitadas: Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça	Total de demandas - 01
SIMEC - Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita	

“Bom dia a todos, meu nome é *identidade preservada* e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

“Sr. Maurício Hoffman, estamos presentes em todas as Audiências Públicas da Fazenda do Estado de São Paulo, representando 10 mil Medidores e Conciliadores capacitados no Estado todo. É um trabalho prestado a toda a população que se encontra diante de um conflito, de forma rápida e econômica. Agradecemos a oportunidade.”

REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ

AUDIÊNCIA

Data: 04/06/24

Número de participantes: 16

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 09

Total de manifestações: 11

Área mais solicitada: Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e Secretaria de Saúde

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Boa tarde a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

“Os Mediadores e Conciliadores reivindicamos a remuneração nas audiências onde há concessão de JUSTIÇA GRATUITA, isso é relativo às partes que não tem condições de arcar com as custas processuais. Para as partes que tem condições, a Resolução 809/2019 do TJSP prevê, portanto, considerando que falamos em 70 à 80% dos processos, os Mediadores e Conciliadores não recebem nada. Temos o custo de pagamento de cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento que sai do nosso bolso, sem a contrapartida. Portanto esta demanda é justa e merecida, pois além de desafogarmos o Juízo, facilitamos às partes carentes o acesso à Justiça, a rapidez e a economia na prestação dos serviços como auxiliares da Justiça.”

“A remuneração dos mediadores é necessária e justa.”

Secretaria da Saúde

Total de demandas - 02

- **Fortalecimento / integração na área da Saúde – Hospital São Vicente de Paulo – Jundiaí**

“Hospital São Vicente de alta complexidade, atende toda região, convênio com a prefeitura, necessita de mais recursos estaduais.”

- **Centro de Laboratório Regional – IAL - Investimentos para os Institutos Públicos de Pesquisas – (Instituto Adolfo Lutz)**

“Estou sem áudio e com oscilação na rede. Gostaria de sugerir investimento para os institutos públicos de pesquisa, como o Instituto Adolfo Lutz, que possui polo central em São Paulo e 12 regionais. O Instituto Adolfo Lutz com sua expertise em saúde pública, pesquisa científica e compromisso com a comunidade, instituto pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população. Investimento em recursos humanos e equipamentos.”

Secretaria da Segurança Pública**Total de demandas - 01**

- **Segurança Pública – expansão dos serviços para a RMJ**

“Segurança para região metropolitana como um todo.”

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação**Total de demandas - 01**

- **Criação de cursos de capacitação e especialização para o empreendedorismo e atividades industriais**

“Criar programas com Cursos na área de empreendedorismo e mão de obra especializada para as indústrias.”

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania**Total de demandas - 01**

- **Casa de Semiliberdade de Jundiaí – Fundação Casa – Investimentos na área de profissionalização de adolescentes em medidas socioeducativas**

“Boa tarde a todos. Represento a Semiliberdade de Jundiaí - Fundação CASA, localizada na Av. Samuel Martins. Buscamos investimentos na área de profissionalização aos nossos adolescentes em medida socioeducativa.”

Secretaria da Educação**Total de demandas - 01**

- **Educação e Merenda Escolar – recursos suplementares – Cidade das Crianças**

“Recursos na área de educação, merenda, redução no salário educação teve impacto na merenda – cidade das crianças.”

- **Trem Intercidades – priorização e continuidade do projeto**

“Priorização do trem intercidades.”

- **Investimentos na área ambiental – Serra do Japi - preservação e prevenção de desastres naturais**

“Investimentos na área ambiental – Serra do Japi - preservação e prevenção de desastres naturais.”

REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA

AUDIÊNCIA

Data: 06/06/24

Número de participantes: 27

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 18

Total de manifestações: 18

Áreas mais solicitadas: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Boa tarde a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

“Bom dia. Por favor atenção com a remuneração do Mediador.”

Secretaria da Saúde

Total de demandas - 02

- **Apoio à Santa Casa de Limeira (hospital regional de referência)**

“Apoio para a Santa Casa de Limeira, hospital de referência da região.”

- **Construção de unidade Luci Montoro – órteses e próteses**

“Construção da unidade Luci Montoro órteses e próteses.”

Secretaria de Governo e Relações Institucionais/ Secretaria de Gestão e Governo Digital

Total de demandas - 03

- **Qualificação / capacitação dos funcionários públicos, ambiente de trabalho e mobiliário**

“Tem uma demanda de base, que é a qualificação funcionário público, do ambiente de trabalho, indicadores, BIEE, para ajudar o gestor a atingir níveis de administração privada. Mobiliário e qualificação do funcionário público (capacitação).”

- **Capacitação do funcionalismo público**

“Capacitação do funcionalismo público. Muitos funcionários que não sabem nem usar Excel.”

- **Contratação de pessoal de cargo efetivo, concurso público**

“Contratação de pessoal de cargo efetivo, concurso público.”

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Total de demandas - 03

- **Integração e administração de conflitos urbano-regionais – loteamentos irregulares**
- **Planejamento Urbano / Rural – geoprocessamento, transporte, uso do solo, meio ambiente**

“Conflito Urbano-rural é muito grande na região, as cidades não são conurbadas, problema dos loteamentos irregulares em todos os municípios, necessita de apoio no sentido de realizar a integração do urbano com o rural de forma sustentável economicamente, ambientalmente e socialmente. Já discutiram nas câmaras temáticas da região de Piracicaba assuntos de: Transporte, uso do solo, tanto urbano quanto rural; Planejamento integrado e geoprocessamento, planejamento urbano e Meio ambiente.”

- **Instalação da Região Metropolitana de Piracicaba**

“Questão da instalação região metropolitana de Piracicaba que já consta projeto, falta aprovação do projeto.”

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania

Total de demandas - 01

- **Construção do Fórum em Cordeirópolis**

“Construção do prédio do fórum em Cordeirópolis, já tem projeto.”

Secretaria de Governo e Relações Institucionais / Casa Civil

Total de demandas 01

- **Assunção pelo Estado de custos e atividades prestadas pelos municípios em serviços de competência estadual**

“Inclusão das despesas que os municípios têm com funcionários de delegacias, fóruns no orçamento do estado... Essas despesas são assumidas pelos municípios, seria bom o Estado ajudar com recursos.”

Secretaria da Turismo e Viagens**Total de demandas - 01**

- **Incentivo ao turismo e gastronomia**

“Incentivo do turismo e gastronomia”

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística**Total de demandas - 05**

- **Desassoreamento do Rio Piracicaba visando a mitigação das enchentes**

“Desassoreamento total do rio de Piracicaba até o Tanquam (mini pantanal) devolver ao leito capacidade para redução e mitigação das enchentes”

- **Extensão do Trem Intercidades até Piracicaba**

“Extensão do trem intercidades até Piracicaba.”

- **Extensão do Trem Intercidades até Indaiatuba e Sorocaba**

“Extensão da capilarização do trem intercidades até Indaiatuba e Sorocaba”

- **Logística de transporte para escoar a produção**

“Questão da logística de transporte para escoar a produção interconectando a zona rural com as rodovias.”

- **Melhoria dos acessos urbanos e rodoviários**

“Os pontos de acesso da rodovia a cidade estão sobrecarregados, o tráfego urbano se confunde com o rodoviário. A rodovia fica sobrecarregada com o trânsito urbano, além disso, a conversa com as concessionárias que administram as rodovias, no sentido de melhorar esse problema é muito difícil e demorada.”

Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativa**Total de demandas - 01**

- **Revisão dos critérios de Tombamento**

“Revisão dos critérios de Tombamento para que seja atrativo o investimento para manter o local.”

REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO

AUDIÊNCIA

Data: 06/06/34

Número de participantes: 04

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 01

Total de manifestações: 02

Áreas mais solicitadas: Secretaria da Fazenda e Planejamento

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça	Total de demandas - 01
--	------------------------

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Estamos participando da audiência pública LOA2025, em todas as designações e locais, tendo em vista que há 10 mil Mediadores e Conciliadores em todo o Estado de São Paulo, sem remuneração, nos casos em que é concedido a Justiça Gratuita às partes.”

“Bom dia a todos, meu nome é *identidade preservada* e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

AUDIÊNCIA

Data: 11/06/24

Número de participantes: 08

DEMANDAS ORAIS e OFÍCIOS

Total de demandas: 05

Total de manifestações: 05

Áreas mais solicitadas: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Bom dia a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

“Importante registrar remuneração de conciliador/mediadores. Mais recursos alocados para Mediadores e Conciliadores”

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação

Total de demandas:03

- **Investimentos e aportes para o Programa 4809 – Programa estadual de Educação Técnica e Tecnológica**
- **Ensino técnico profissional – elaboração de estudos de impacto visando aumento de renda e empregabilidade**

“Ensino técnico/profissional: aumento da renda e empregabilidade (estudos de impacto demonstram que o ensino técnico aumenta a renda e a empregabilidade em 25% a 30% e pode melhorar a economia como um todo). Investir mais recursos no programa 4809 – Programa estadual de educação técnica e tecnológica – aumentar a previsão de recursos entre 25% e 30% o que será executado em 2025 (Loa 2025) em relação a LOA 2024.”

- **Valorização funcionários Paula Souza**

“Bom dia! Meu nome é *identidade preservada*, funcionário administrativo do Centro de Paula Souza (Fatec Sebrae, capital), e quero lembrar da absurda carência de recursos que há em relação aos profissionais deste órgão da educação técnica. Vem sendo travada uma luta pelo plano de carreira junto ao CPS e governo do estado, que esperamos ter resultados, mas eu quero destacar como exemplo um elemento específico, que chega a ser ESCANDALOSO, que é o auxílio alimentação pago aos funcionários do Centro de Paula Souza, correspondentes a vergonhosos R\$240 mensais, valor congelado há quase 10 anos, e que pode se dizer, literalmente, que é uma quantia de FOME. Os recursos do estado de SP devem mirar prioridades, e quando se tem funcionários do estado sofrendo de fome, é mais do que motivo para se priorizar! Obrigado.”

- **Reestruturação e Valorização dos cargos de Executivo Público**

“Bom dia! Gostaria de propor reestruturação e valorização de vários cargos, principalmente o de Executivo Público, do Governo do Estado de São Paulo (Pessoal) da LC 1.080/08, que possui características importantes na gestão pública paulista. Obrigado.”

REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

AUDIÊNCIA

Data: 11/06/24

Número de participantes: 24

DEMANDAS ORAIS e OFÍCIOS

Total de demandas: 07

Total de manifestações: 07

Áreas mais solicitadas: Secretaria da Saúde

Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Boa tarde a todos. A remuneração aos mediadores não é um favor, é a justiça!”

“Importante registrar o desrespeito com os mediadores com relação a remuneração. Quem trabalha de graça???”

“Respeito a nossa atividade. Mediadores e conciliadores merecem como qualquer ser humano ser remunerado!”

“Realmente precisamos de remuneração adequada e não desistiremos!!”

“Boa tarde a todos, meu nome é identidade preservada e sou a PRESIDENTE o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Secretaria da Saúde

Total de demandas - 03

- **Hospital de Base – expansão do atendimento de alta complexidade, e continuação de todos os programas de base para atendimento regional**
- **Recursos para o Hospital de Mirassol de característica regional**
- **Apoio e expansão do Programa de apoio às Santas Casas e Hospitais filantrópicos**

“Saúde: Hospital de base com abrangência regional, atende até outros estados – precisa de recursos; continuidade do programa de apoio Santas Casas e hospitais filantrópicos – descentralização, ter atendimento em outras localidades antes vir diretamente para as sedes regionais; recursos para Hospital em Mirassol – característica regional.”

- **Implantação do Anel Viário Metropolitano, integrando 37 municípios da região**
- **Duplicação da Rodovia Washington Luís – entre Mirassol – S.J. Rio Preto – Cedral**
- **Conexão Rodoviária (duas vicinais integrando S.J. Rio Preto a Mirassol)**

“Infraestrutura: Anel viário da região metropolitana, integrar os municípios, projeto está no DER, integras os 37 municípios, autorizar o projeto; Duplicação da Washington Luís entre Mirassol S.J do Rio Preto e Cedral, umas das exigências do projeto, para não causar tanto impacto era completar as vicinais entre Rio Preto e Mirassol (pelo Sul e pelo Norte) para amenizar trânsito entre Rio Preto e Mirassol. Incluir as 2 vicinais no projeto.”

REGIÃO ADMINISTRATIVA e METROPOLITANA DE SOROCABA

AUDIÊNCIA

Data: 13/06/24

Número de participantes: 14

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 03

Total de manifestações: 07

Áreas mais solicitadas: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Mediadores precisam ser incluídos no orçamento! Quem trabalha de graça? Será que nosso trabalho é tão dispensável?”

“Juntos pela remuneração do conciliador /mediador judicial”

“SR. TARCÍSIO DE FREITAS, Governador do Estado de São Paulo, olhe com carinho para os Mediadores e Conciliadores, como auxiliares do TJ-SP, prestam serviços relevantes à população carente, necessitamos da remuneração, justa e merecida. Os Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo, estão trabalhando sem REMUNERAÇÃO nas audiências de processos com concessão da JUSTIÇA GRATUITA.”

“Nós os mediadores e conciliadores do estado de SP precisamos ter nossos serviços reconhecidos e devidamente remunerados, grata.”

“Bom dia a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

- **Implantação de Hospital Público para atendimento de animais – Hortolândia/ RMC**

“Hortolândia, cidade está se desenvolvendo bastante, porém há um problema de política pública, falta **hospital público para atendimento de animais**... muitos animais abandonados, principalmente nas emergências, pois não há tempo hábil para levar para outras cidades.”

Secretaria de Segurança Pública**Total de demandas - 01**

- **Melhoria da segurança pública nas áreas centrais das cidades aumentando a ocupação dessas áreas com prédios públicos**

“Cidades metropolitanas nas áreas central apresentam problemas de segurança e aspecto social, aumento de vulneráveis, aumentando a violência. Como sugestão, trazer para o centro da cidade os prédios públicos, como Poupatempo, ocupar a região central, mais vida, mais empregos.”

REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA e LITORAL NORTE

AUDIÊNCIA

Data: 13/06/24

Número de participantes: 21

DEMANDAS ORAIS e CHAT

Total de demandas: 08

Total de manifestações: 12

Áreas mais solicitadas: Secretaria da Saúde

Relação das Demandas Solicitadas – por Secretarias/Órgãos

Secretaria da Fazenda e Planejamento / Tribunal de Justiça

Total de demandas - 01

- **SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita**

“Agradecemos a oportunidade e o acolhimento ao Sr. Maurício e a Sra. Carla. Solicitamos auxílio no sentido de conseguirmos agenda junto ao Governador, Sr. Tarcísio G de Freitas para podermos expor a nossa demanda, que é importante e justa, para podermos continuar com nosso trabalho junto às pessoas menos favorecidas (JUSTIÇA GRATUITA), nesse caso são a maioria dos processos. Quero mencionar que a Resolução 809/19, determina que pague quem pode pagar os honorários do Mediador e Conciliador. Quando a parte não pode pagar, não recebemos^, compete ao Estado pagar.”

“Boa tarde a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo.

É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado.

Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração.

Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade.

Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça.

Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano.

Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária.

O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz.

Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

Secretaria da Saúde

Total de demandas - 04

- **Aquisição de Sensores Glicêmicos – Sensor LIBRE (várias manifestações)**

“Apresentamos a demanda de inclusão no orçamento da saúde da Ação de aquisição de sensores glicêmicos para as 15.000 (aproximadamente) crianças DM1 do estado de São Paulo. Custo estimado de R\$ 78 ou 80 milhões/ano.”

“Meu nome é identidade preservada e sou mãe-pâncreas e represento, além da minha filha identidade preservada, todos os dm. Identidade preservada abriu diagnóstico aos 2 anos e meio, hoje com 8 anos e meio, sabemos que além do uso regular das insulinas, faz uso do **sensor**. E somente foi possível um controle mais preciso, depois de inúmeros casos de hipoglicemia e hiperglicemias, com o uso do sensor. Sou de São José dos Campos e espero muito que chegue a todos, número de telefone ocultado.”

“Sensor libre pelos sus para as crianças, uma criança diagnosticada aos 10 anos com diabetes mellitus tipo 1 perspectiva de vida reduzida em 33 anos, o sensor aumenta a cada troca restituir 39,9 horas de vida saudável ao mês, ou seja, a cada 2 trocas, o uso do aparelho reduz em 76 % as comorbidades do diabetes.”

Presidente da associação dos diabéticos: “Sensor libre é muito importante por causa das metas de tendência conseguem ter uma liberdade e segurança para fazer as coisas, muitos diabéticos em ficaram cegos por causa das sequelas, sai muito cara para o município, por isso um pedido de atenção maior com os diabéticos.”

- **Cuidados com Crianças e Adolescentes com Diabetes no âmbito das unidades educacionais do Estado - Resolução SS nº 70, de 22 de junho de 2023**

“Resolução de amparo às crianças com diabetes nas escolas, dúvida em quais escolas a resolução se aplica (estaduais, municipais e particulares). Ampliação da Resolução SS nº 70, de 22 de junho de 2023. (Secretaria do Estado da Educação) Estabelece Nota Técnica do Cuidado da Criança e Adolescente com Diabetes Mellitus Tipo 1 nas Escolas, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas para as escolas municipais e estaduais.”

- **Diminuição das despesas com material de consumo, para viabilizar a compra de sensores glicêmicos**

“Diminuir despesa com material de consumo, para conseguir comprar sensor de índice glicêmico Libre para 15.000 crianças com diabetes.”

- **Incorporação de tecnologias para tratamento glicêmico**

“Solicitamos também a incorporação de tecnologia para melhorar a adesão ao tratamento. Queremos mostrar estudos internacionais e nacionais sobre o sensor.”

Secretaria da Segurança Pública

Total de demandas - 01

- **Investimentos na área de Segurança Pública – tecnologia e valorização de pessoal**

“Investimentos em segurança – aumento do investimento destinado a segurança pública foi menos que no legislativo e judiciário e comparado aos outros estados. Houve uma melhoria, mas não o suficiente (tecnologia e valorização de pessoal).”

Secretaria da Fazenda e Planejamento

Total de demandas - 01

- **Solicitação para mais divulgação das audiências públicas**

“Solicito uma melhor divulgação das audiências, acredito que possa ser mais bem divulgada.”

- **Agendamento com o Governador para o tema referente às demandas de Diabetes – tecnologia e tratamentos**

“Gostaríamos de ter uma reunião com o Governador do Estado para pontuar as demandas de diabetes. Temos uma fila de mais de 13 meses de acesso ao oftalmologista em muitos municípios paulistas. Gostaríamos de marcar uma conversa com o Governador para levar as demandas de diabetes, incluindo a incorporação de tecnologia para melhorar a adesão ao tratamento. Queremos mostrar estudos internacionais e nacionais sobre o sensor! Meu telefone é número de telefone ocultado.”